



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de
gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Relações Patriarcais de gênero, sexualidade, raça e etnia

**LUGAR DE NEGRA: UM COMENTÁRIO SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DAS MULHERES NEGRAS
NOS PROCESSOS DE LUTA POR LIBERTAÇÃO DO POVO NEGRO.**

SAMARA SANTOS SOUZA MARANHÃO¹

RESUMO

O presente texto trata-se de uma breve discussão acerca das lutas travadas pelas mulheres negras, do Brasil colônia à contemporaneidade. Trazemos luz às importantes contribuições dessas mulheres nas lutas por libertação e analisamos o silenciamento misógino patriarcal racista das mulheres negras ao longo da história.

Palavras-chave: Mulheres negras, movimento negro, silenciamento.

ABSTRACT

This text is a brief discussion about the struggles waged by black women, from colonial Brazil to contemporary times. We shed light on the important contributions of these women to liberation struggles and analyze the patriarchal racist misogynistic silencing of black women throughout history.

Keywords: Black women, black movement, silencing.

INTRODUÇÃO

“Mil nações moldaram minha cara, minha voz, uso pra dizer o que se
cala, o meu país, é meu lugar de fala.”²

Elza Soares

¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

² Trecho da canção “O que se cala” de Elza Soares.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O machismo e a misoginia não foram invenções da atualidade, ao contrário, constituem-se em herança colonial, uma vez que as sociedades coloniais eram altamente misóginas, algo que se comprova quando refletimos acerca das torturas que eram submetidos os corpos das mulheres negras escravizadas.

O ódio das sociedades coloniais contra as mulheres negras se perpetua ao longo da história e produzem estereótipos e opressões que acompanham essas mulheres até os dias de hoje. Essa misoginia produz um tipo de machismo mais aprofundado, pois é acompanhado pelo racismo e faz com que mulheres negras sejam, até hoje, o seguimento mais vulnerabilizado, oprimido e violentado da sociedade brasileira.

O lugar de opressão faz com que as mulheres negras sejam forjadas na luta, jamais se ausentando das batalhas travadas pela libertação de uma população negra vítima de uma abolição inconclusa.

Por sua vez, mesmo estando presente nas lutas desde o Brasil colônia, as contribuições dessas mulheres são silenciadas por uma misoginia patriarcal racista, em uma história que é contada para enaltecer homens brancos.

Deste modo, nas próximas linhas nos ocuparemos a refletir acerca do lugar ocupado pelas mulheres negras que as colocam em uma posição de enfrentamento permanente e as importantes contribuições dessas mulheres nas lutas, do quilombo à atualidade.

1 “E EU NÃO SOU UMA MULHER?” ³A SITUAÇÃO DA MULHER NEGRA ESCRAVIZADA NO BRASIL COLÔNIA.

O ano de 1550 data a chegada do tráfico humano dos escravizados ao Brasil, que deu início a 350 anos de um regime violento, cruel, vil, cujos efeitos carregamos feito correntes invisíveis, até os dias de hoje.

Gonzalez (2020, p. 49) nos conta que com o tráfico humano dos escravizados já no final de século XVI a população negra constituía a maioria dos habitantes da colônia. Afirmativa que nos remete ao fato de que a população brasileira é constituída, majoritariamente por pretos e pardos.

³ Em alusão ao discurso histórico de Sojourner Truth na *Women's Rights Convention* em Akron, Ohio, nos Estados Unidos em 1851

No Brasil colônia, homens, mulheres e crianças negras e negros eram submetidos ao trabalho forçado, juntamente a condições degradantes de vida.

Mas e a mulher negra, especificamente, qual sua situação enquanto escravizada?

Em seu discurso histórico proferido na *Women's Rights Convention* em Akron, Ohio, nos Estados Unidos em 1851, Sojourner Truth realizou um importante questionamento que nos dá pistas em relação a situação da mulher negra escravizada.

Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar a minha frente. E eu não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade pra isso – e suportar açoite também! E eu não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E eu não sou uma mulher?

O relato de Sojourner nos mostra que a mulher negra jamais fora preservada em nenhum aspecto. Pelo contrário, ao seu corpo, pesava o racismo e a misoginia, ocasionando situações que apenas um corpo feminino seria submetido.

Gonzalez (2022, p. 52) nos conta que o sistema escravagista não suavizou o trabalho da mulher negra, que se dividia nas categorias de escrava do eito e mucama.

Enquanto escrava do eito, trabalhava de sol a sol, era subalimentada e por vezes optava por cometer suicídio, para que os filhos que traziam no ventre não tivessem como único destino a escravidão.

Enquanto mucama, tinha como função a manutenção e o bom andamento da casa grande. A ela eram atribuídas todas as tarefas domésticas, bem como, a amamentação e a criação das crianças nascidas dos ventres livres das sinhás.

Além das condições degradantes de trabalho, esta mulher também havia de conviver com a violência (abuso e exploração) sexual dos senhores brancos, que além de violentar sexualmente essas mulheres, convidavam os parentes mais jovens para se iniciarem sexualmente com as escravizadas. É claro que tal situação gerava o incômodo das sinhás, que por ciúmes também eram violentas com as mulheres negras.

Além do trabalho como escrava do eito ou como mucama, as mulheres negras cumpriam a função do cuidado junto aos seus próprios filhos e aos seus companheiros, homens escravizados Gonzalez (2022, p. 53). Deste modo, as mulheres negras eram submetidas à triplas, quartas jornadas de trabalho, como escravizadas, no eito ou nas casas grandes e no trabalho de reprodução da vida e da mão de obra dos seus.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Enquanto escrava do eito foi utilizada para, com o seu trabalho, enriquecer os senhores escravistas e fortalecer o tipo de sistema econômico imposto pelos portugueses, a mucama foi utilizada para garantir o lazer e o bem estar de seus senhores: de sua senhora, na medida em que lhe cabia todo o trabalho doméstico, além de cuidar das crianças brancas desde seu nascimento (foi por aí, enquanto ama de leite e babá, que ela se transformou na famosa mãe preta); de seu senhor, na medida que era utilizada como objeto de sua violência sexual. Gonzalez (2022, p. 202)

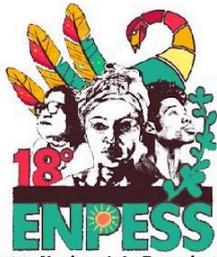
Assim, era a mulher negra a responsável pela reprodução da engrenagem do modo de produção da época (através de sua força de trabalho no campo), a responsável pela reprodução da vida (nas casas grandes e no cuidado dos seus) e a responsável pela reposição da força de trabalho escravizada, uma vez que seus filhos seriam também escravizados.

QUIJANO (2005, p. 117) nos conta que, um dos aspectos que possibilitou a colonização de países da América Latina pelos colonizadores europeus, bem como o processo de escravização de negros e indígenas fora ideologia de superioridade de uma população sobre a outra. Ou seja, a colonização requeria a consolidação da ideia de uma raça inferior, destituída de uma humanidade e a suposta superioridade de outra, de modo que, legitimava-se a sujeição do homem pelo homem. Assim, era a população negra desumanizada a medida que aos colonizadores europeus era atribuído o status de superioridade. Era esse o chão que se estruturava o sistema escravista.

Por sua vez, hooks⁴ (2023, p. 37) chama atenção para o caráter sexista da ordem social e política trazida pelos colonizadores, que traziam um impacto profundo na situação e no destino das mulheres escravizadas. A autora nos conta que, desde o período colonial a mulher, mesmo exercendo o mesmo trabalho que os homens negros, era desvalorizada em relação ao homem negro escravizado.

Bell também nos chama atenção para a violência sexual que as mulheres negras eram submetidas, como método de tortura e subjulgação. Pondera sobre as várias mulheres africanas que engravidavam antes mesmo de serem capturadas ou compradas. A gestação ocorria sem qualquer cuidado com a saúde e alimentação e sem qualquer assistência durante o parto. O resultado disto fora um número imensurável de mulheres mortas durante o parto e de natimortos. Outro método de tortura utilizado era a violência e os abusos contra crianças, com o intuito de causar sofrimento à mãe. Bell pontua ainda que à mulher escravizada eram reservados os piores

⁴ Atendendo ao desejo da autora, em suas produções seu nome é escrito em letra minúscula, para que seu nome não se sobressaia às suas obras.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

e mais sádicos castigos, com o intuito de “amansá-la” para a lida na casa grande e no campo.

Além dos estupros como método de tortura, hooks (2023, p. 78) aponta a reprodução opressora a que eram submetidas as mulheres negras férteis como modo de reprodução da mão de obra escravizada.

Mulheres africanas recebiam a pior parte dessa violência e desse terror em massa, não somente porque poderiam ser vitimadas pela sexualidade, mas também porque eram mais propensas a trabalhar intimamente com a família branca do que os homens negros. O escravizador considerava a mulher negra cozinheira, ama de leite, governanta comercializável; por isso, era crucial que ela fosse tão aterrorizada a ponto de se submeter passivamente à vontade do senhor, da senhora e das crianças brancas. hooks (2023, p. 44).

Outro ponto importante destacado por bell, é que o estupro não era o único método utilizado para desumanizar e torturar mulheres negras. Bell nos conta das chibatadas que, em um contexto donde mulheres brancas eram levadas pela religião a cobrir o corpo, mulheres negras eram despidas e publicamente açoitadas, diariamente.

Essa desumanização do corpo da mulher negra pelo viés da sexualização e objetificação desse corpo feminino ocasionou a produção e a reprodução de esteriótipos que até hoje nos acompanham. A mulher negra objetificada, desumanizada, categorizada entre as que servem para o trabalho e aquelas que servem para o sexo. De um modo ou de outro, esse corpo é desumanizado. Gonzalez (2020, p. 149).

Todavia, nossa história não se faz somente de dor e açoite, nossa história se faz de luta. Luta de mulheres forjadas no chão da exploração e da violência e que por isso aprenderam a ser duras na queda e não se curvar perante a tortura dos colonizadores. Mulheres negras sempre resistiram e seguem resistindo até os dias atuais.

Dandara dos palmares, Anastácia, Luiza Mahín, Tereza de Benguela, Alqualtune, Zeverina, Maria Felipa, Acotirene, Adelina Charuteira, Rainha Tereza do Quaritetê, Mariana Crioula e tantas outras, ancestrais que lutaram pela libertação do nosso povo.

Gonzalez (2020, p. 198) nos conta que, eram as mulheres negras, enquanto escravas do eito que estimularam os homens negros para a revolta e a formação dos quilombos. Já nos quilombos, elas participaram das lutas contra as expedições militares que buscavam a destruição



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

destes últimos. Além do mais, jamais deixaram de educar as crianças a partir de uma perspectiva antiescravista, anticolonialista e antirracista.

Lélia nos chama atenção para a figura da mãe preta, que ao contrário do que a história colonizada nos conta, remontando uma figura passiva que teria aceitado sua condição de escravizada, realizava uma resistência passiva, contribuindo para a construção de uma cultura brasileira que tem muito de África.

A situação da mulher negra hoje traz muitos resquícios desse passado colonial. Sendo negra e mulher esse corpo é alvo da triplice da opressão, o machismo, o sexismo e o classismo Gonzalez (2020, p. 199). É ela a trabalhadora doméstica, do campo, precarizada, terceirizada, quarteirizada. É ela que experimenta a solidão da mulher negra, ocasionada pelo assassinato e encarceramento em massa dos homens negros pelo braço armado do estado, é ela a mãe de família que sustenta a casa e os filhos sozinha. É ela que sempre esteve na luta e, e que na luta permanecerá até que a abolição (até agora inconclusa), seja uma realidade.

2 “O SONHO É UM TEMPO ONDE AS MINA NÃO TENHA QUE SER TÃO FORTE”⁵: A MULHER NEGRA E A MISOGINIA RACISTA PATRIARCAL.

Como já mencionado anteriormente, o sexismo era predominante nas sociedades coloniais, contribuindo para que a tortura e os castigos fossem mais violentos para as mulheres negras, uma vez que traziam consigo o “tempero” da misoginia.

Estupros, açoites de mulheres nuas em praça pública, abusos de bebês como práticas de tortura às mães eram os “castigos” que mulheres negras eram submetidas.

Além dos castigos, essa mulher essa submetida ao mesmo tipo de trabalho dos homens, enquanto escrava do eito. Quando não, eram responsáveis pelos cuidados da casa grande, como escrava doméstica.

O passado colonial e a colonialidade que se perpetua contribuíram para a produção e reprodução de estereótipos que acompanham as mulheres negras até os dias de hoje.

⁵ Trecho da canção “mãe” de Emicida.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O velho ditado racista “preta pra cozinhar, mulata pra fornicar e branca pra casar” demonstra a perpetuação dessa lógica racista e misógina que objetifica mulheres e mais ainda, desumaniza a mulher negra.

Assim, GONZALEZ (2020, p. 59) afirma que para a sociedade brasileira racista patriarcal, a mulher negra se restringe a duas posições: a doméstica e a mulata.

Neste sentido, a autora pontua que ser negra no Brasil é ser objeto de tripla discriminação, o racismo e o sexismo que se alia a superexploração do trabalho. Ora, é a mulher negra que ocupa os postos de trabalho mais precarizados da sociedade brasileira. A mulher negra é a trabalhadora doméstica nas casas das “sinhas”, é a trabalhadora precarizada, terceirizada ou quarteirizada, é a “servente”, a ajudante geral nos serviços de saúde, escolas, no chão de fábrica, é a vendedora ambulante, sem registro em carteira, que ocupa as ruas em busca de sobrevivência.

Além do trabalho fora, a mulher negra enfrenta e jornada dentro do lar, donde, muitas vezes é mãe solo, trabalha fora durante o dia, a noite dentro de casa e enfrenta o transporte público, no primeiro horário do dia seguinte.

Quando não ocupa o lugar da doméstica, a mulher negra ocupa um outro lugar tão desumanizante quanto, o lugar da “mulata”, mulata de mula, de objeto de desejo de quem lhe enxerga como ser inferior. A posição de objeto de desejo também vem de um lugar colonial, uma vez que as mulheres negras na colônia eram estupradas pelos senhores, que a utilizavam como produtos a seu bel prazer.

A profissão “mulata” é uma das mais recentes criações do sistema hegemônico no sentido de “mercado de trabalho”. Atualmente, o significante mulata não nos remete apenas ao tradicionalmente aceito (filha de mestiça de preto/a com branca/o), mas a um outro, mais moderno “produto de exportação”.

Carolina Maria de Jesus, mulher preta, favelada e mãe solo, demonstra bem a realidade nua e crua das mulheres negras em sua obra “quarto de despejo: Diário de uma favelada”. Em seus vários relatos, demonstra o racismo, a fome e o machismo que sofria por ser mãe solo.

[...] Fiquei horrorizada! Haviam queimado meus cinco sacos de papel. A neta de D. Elvira, a que tem duas meninas e que não quer mais filhos porque o marido ganha pouco, disse:
- Nós vimos a fumaça. Também a senhora põe os sacos ali no caminho. Ponhe lá no mato onde ninguém os vê. Eu ouvi dizer que vocês lá da favela vivem roubando os outros. Quando elas falam de nós não sabem dizer outra coisa a não ser roubo. Percebi que foi ela quem queimou meus sacos. Resolvi retirar com nojo delas. Aliás já haviam dito-me que eles são portugueses malvados. Que a D. Elvira nunca fez um favor a ninguém. Pra eu ficar prevenida. Não estou ressentida. Já estou tão habituada com a maldade humana.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Sei que os sacos vão fazer falta. Jesus (2023, p. 33)

Carolina nos aponta a misoginia racista e o classismo que recai sobre seu corpo pobre e preto. Não por coincidência a mulher que lhe agrediu neste breve relato era uma portuguesa.

Assim, considerando o contexto que foram forjadas, mulheres negras sempre precisaram se defender. Longe de serem protegidas, de serem vistas e tratadas como “sexo frágil”, a mulher negra sempre esteve na posição de superexplorada, violentada e oprimida, sempre foi desumanizada, nunca foi vista como mulher.

Forjada na luta, essa mulher sempre precisou defender a si e os seus, visto que os homens negros também são violentados, alvos do racismo numa sociedade capitalista supremacista branca.

Na luta por creches, por postos de saúde, por melhoria nos bairros, no transporte público, na vida cotidiana. Ela sempre esteve na batalha.

Desde o quilombo, ela sempre esteve organizada junto aos seus. Na sociedades coloniais, no quilombo, na sociedade moderna, no movimento negro, local onde essa mulher se organizou politicamente.

Gonzalez (2020, p. 64) nos ensina a honrar as mulheres negras anônimas, sustentáculo econômico, afetivo e moral da família, que desempenhou e desempenha importante papel, uma vez que sua forte e corajosa capacidade de luta por sobrevivência é que nos transmite o ímpeto de seguir na luta organizada. É pelo lugar de opressão, violência e subalternidade que ocupa, pela sua luta por sobrevivência cotidianamente que a mulher negra é a portadora da chama por libertação. A ela, não restam opções se não a luta!

3 “MULHERES DO FIM DO MUNDO”⁶: A CONTRIBUIÇÃO DAS MULHERES NEGRAS NO MOVIMENTO FEMINISTA E NEGRO.

Ao contrário os estereótipos de fragilidade que rondam as mulheres brancas, as mulheres negras jamais foram reconhecidas como frágeis, estando sempre na labuta das lavouras, no trabalho das casas grandes e ao lado do homem negro nas lutas por libertação de seu povo.

⁶ Em alusão à canção “Mulher do fim do Mundo” de Elza Soares.

Do período colonial herdamos a colonialidade, que produz a misoginia patriarcal racista que recai violentamente sob os corpos das mulheres negras. A colonialidade nos mantém majoritariamente no lugar de domésticas na casa grande modernizada ou de mulatas, sexualizadas e objetificadas pelos brancos.

Carneiro (2020) chama atenção para o modo como o machismo se reproduz de modo diferenciado sob os corpos negros, uma vez que traz consigo o racismo, se transformando numa dupla opressão.

O movimento feminista liberal nos traz a urgência de romper com o mito de “rainha do lar”, de musa idolatrada dos poetas, todavia, a que mulher essa provocação se refere? Se as mulheres negras nunca receberem tratamento de rainhas, são tratadas e retratadas como antimusas da sociedade brasileira, uma vez que o modelo estético e social de mulher construído segue a estética da mulher branca? Quando as religiões cristãs retratam uma mulher que é produzida a partir da costela de Adão, que mulher está sendo referenciada se as mulheres negras fazem parte de uma cultura que não tem Adão? São questionamentos levantados por Carneiro (2020) a fim de chamar a atenção para o fato de que a máxima de mulher socialmente construído é branca, pois as mulheres negras são excluídas de toda e qualquer construção pela lógica da desumanização que lhe acompanha desde o Brasil colônia. Mulheres negras não são vistas como mulheres.

De seu lugar de sujeita oprimida, é que a mulher negra nunca pode se ausentar da luta, por si e pelos seus.

Quando Gonzalez (2020, p. 198) nos aponta a resistência passiva da “mãe preta” que contribuiu para a absorção de uma cultura “negro-africana” pela cultura brasileira e para a africanização do português falado no Brasil, transformando-o em “pretuguês”, ela nos mostra que toda e qualquer ação das mulheres negras é acompanhada de estratégia de luta. No eito ela estimulou seus companheiros para revolta, fuga e organização nos quilombos e esteve ao lado desses homens negros nas lutas contra a organização política e a resistência dos quilombos.

No pós falsa abolição seguiram na luta, como nos contam Brauns, Santos e Oliveira (2023) quando apontam a participação ativa das mulheres negras na frente negra brasileira, importante entidade do movimento negro que atuava na afirmação dos direitos históricos da população negra. Na FNB, elas estavam a frente de atividades educativas, assistenciais, artísticas e de lazer, no departamento feminino na FNB, as chamadas rosas negras.

Da Frente Negra Brasileira e do Teatro experimental negro, surge o Movimento Negro Contra a Discriminação Racial (MNCDR), que mais tarde se tornaria o Movimento Negro Unificado, e as mulheres negras estavam presentes nessa construção.

Apesar das importantes contribuições das mulheres negras nesses espaços, a história nos mostra um movimento negro muito ocupado à questão da raça e pouco interessado às questões do gênero. Nos mostra também um movimento feminista muito preocupado com o gênero e omisso as questões de raça. Ora, o feminismo é um movimento construído por mulheres majoritariamente brancas e de classe média e se a construção de mulher socialmente construída e considerada é a mulher branca, que mulheres o feminismo havia de defender e legitimar? Gonzalez (2020) nos dá pistas desse movimento quando nos mostra como até mesmo a produção textual sobre gênero, produzida pelas feministas brancas, não se debruçava sobre a questão das mulheres negras.

Assim, diante de dois movimentos que desconsideravam sua mulheridade, a mulher negra se viu convocada a levar sua especificidade para o interior de ambos os movimentos, uma vez que as dimensões de mulher e negra, são indissociáveis. Deste modo, a mulher negra exerceu o importante papel de sexualizar o movimento negro e enegrecer o movimento feminista, como nos conta Sueli Carneiro.

Todavia, é importante salientar que, apesar da ausência do debate de gênero no interior do movimento negro, foi por ele que a mulher negra se organizou e se organiza politicamente. Isso porque, conforme nos aponta Gonzalez (2020, p. 102), é no movimento negro que surgem os primeiros grupos organizados de mulheres negras, apesar do fato de antes mesmo do movimento negro já existissem os grupos de mulheres negras que se juntavam para debater as suas questões, o racismo e o machismo que lhes assolavam.

A professora Beatriz Nascimento, a partir dos encontros organizados com a juventude negra no interior da Universidade Federal Fluminense (UFF), trouxe importantes contribuições para a formação e fortalecimento do movimento negro, assim como Lélia Gonzalez. Assim, a mulher negra contribuiu para o aprofundamento das discussões e o acirramento da radicalidade do movimento negro, que por sua vez, fora terreno fértil para o fortalecimento da organização política dessas mulheres. Gonzalez (2020, p. 103)

Dada a necessidade de racializar o debate feminista, o feminismo negro trouxe importantes contribuições para o feminismo brasileiro colocando em pauta a especificidade da mulher negra

em diáspora, além de chamar a atenção para a situação dos homens negros, que não são privilegiados pelo patriarcado, que é branco.

Gonzalez (2020, p. 148) nos conta que é diante da reprodução do machismo no interior do MNU e do racismo presente no movimento feminista que as mulheres negras organizaram-se entre si, em meio a acusações de secundarizarem as lutas.

Após a década de 1970, quando o movimento de mulheres negras emerge como luta organizada, outros grupos de mulheres negras surgem com a tarefa de debater as interlocuções de gênero e raça e fortalecer a organização política das mulheres negras. Os grupos Aqualtune de 1979, Luiza Mahin de 1980, Grupo de mulheres negras do Rio de Janeiro em 1982, que mais tarde foram absorvidos pelo movimento negro contribuíram para ampliação dos debates de gênero naquele espaço.

A III Conferência Mundial de Mulheres em Nairobi, em 1985, contribuiu para a construção do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, e contou com a participação de Sueli Carneiro e Thereza Santos na delimitação de um diagnóstico sobre a situação das mulheres, com foco principal nas mulheres negras.

No Brasil, a organização do movimento de mulheres contemporâneo teve como ponto de partida a realização do I Encontro de Mulheres Negras (ENMN), em 1988 na cidade de Valença, Rio de Janeiro. O evento se deu a partir da realização dos Encontros Nacionais Feministas (ENF) e dos Encontros Feministas Latino-Americanos e do Caribe.

Com o aumento significativo de organizações feministas negras no Brasil em 1993 fora realizado o I Seminário de Mulheres Negras em Atibaia e em 1994 um novo encontro fora realizado com o intuito de discutir aspectos relacionados ao gênero, raça, direito à terra, à habitação e a saúde. Organizações de mulheres negras também surgiram, como o Geledés (1988) que luta contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira, a organização Carioca Crioula, que atua na defesa dos direitos das mulheres negras e o Odara, instituto da Mulher Negra que atua no combate ao racismo, sexismo e lesbofobia. Figueiredo (2018, p. 1087)

Para além do movimento negro, é importante salientar a atuação das mulheres negras no movimento de favelas e no movimento dos bairros, que traziam as intersecções entre ser mulher negra e ser mulher favelada e contribuíram para a construção de políticas como o Sistema Único de Saúde e para o fortalecimento da organização das mulheres negras. Gonzalez (2020, p. 107)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

nos conta da criação do Nzinga⁷, Coletivo de mulheres negras que se inscreve no ano de 1993 por mulheres originárias do movimento negro e do movimento de favelas.⁸ Representando as mulheres do Nzinga, Jurema Batista (fundadora e presidente da Associação de moradores do Andaraí) participou como delegada do II Encontro Feminista da América Latina e do Caribe que juntamente com duas representantes do Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro, conseguiram que fosse instituído no encontro um Comitê antirracista.

Somos um coletivo: não aceitamos que a arbitrariedade de uma hierarquia autoritária determine nossas decisões, mas que elas sejam resultado de discussões democráticas. Somos um coletivo de Mulheres porque lutamos contra todas as formas de violência, ou seja, lutamos contra o sexismo, lutamos contra o racismo e a discriminação racial que fazem de nós o setor mais explorado e mais oprimido da sociedade brasileira [...] nosso objetivo é trabalhar com as mulheres negras de baixa renda (mais de oitenta por cento das trabalhadoras negras, que vivem principalmente nas favelas e nos bairros de periferia. E por quê? Porque são discriminadas pelo fato de serem mulheres, negras e pobres.⁹

O breve histórico aqui colocado, demonstra as importantes contribuições das mulheres negras que jamais tiveram o privilégio de se ausentarem das lutas do cotidiano de suas vidas e das ruas, pela igualdade racial, social e de gênero. Lutas que foram silenciadas, mas não apagadas, diante de uma lógica misógina racista patriarcal que nega a intelectualidade, pensamento crítico e capacidade de organização das mulheres negras. Assim como nos ensina a pensadora Carla Akotirene, toda mulher negra é uma intelectual, porque é forjada em contextos que lhes ensinam desde cedo a opressão em seu estágio mais profundo. É na luta que mulheres negras sempre estiveram e sempre estarão, até que a abolição seja uma realidade.

4 “NOSSOS PASSOS VÊM DE LONGE”: À GUIA DA CONCLUSÃO

⁷ Segundo Gonzalez (2020, p.108) a escolha do nome Nzinga tem a ver com a preocupação do coletivo em resgatar um passado de luta diante da construção de uma história colonial que só conta a história dos opressores. A Rainha Nzinga teve um papel importante na luta contra os portugueses na Europa.

⁸ O Coletivo Nzinga foi criado por Jurema Batista (movimento de favelas), Geralda Alcântara (movimento de favelas), Bernadete Veiga de Souza (Movimento de favelas), Vitória Mary dos Santos (movimento negro) e Lélia Gonzalez (movimento negro).

⁹ Trecho do panfleto distribuído o dia de março em um evento organizado pelo Nzinga no morro do Andaraí, em comemoração ao dia 8 de março e (dia internacional da mulher) e dia 21 de março (dia internacional de luta pela eliminação da discriminação racial).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A história colonizada nos conta de uma população negra passiva, preguiçosa, acomodada diante das opressões. Naturaliza o horror de uma escravidão que, neste país, perdurou por quatro séculos. Silencia a existência e a (re)sistência de mulheres negras nascidas e forjadas na luta e que dela nunca se ausentaram.

A lógica misógina racista e patriarcal desumaniza e desconsidera a capacidade intelectual de mulheres negras que sim, foram capazes de organizar politicamente desde sempre, que do quilombo a atualidade sempre estiveram presentes nos espaços de luta, junto aos seus companheiros, homens negros e as suas irmãs.

É chegada a hora de falar de nós a partir da resistência e não mais somente da dor. É chegada a hora de celebrar nossas percussoras, que estiveram na luta antes de nós, que resistiram e resistem desde sempre em meio a uma lógica que busca nos matar, nos apagar e nos silenciar. Mas não fomos apagadas, estamos aqui desde sempre, sendo, para além de objetos de pesquisa da história colonizada, sujeitas de nosso povo e de nossa própria história. É este, o lugar de negra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNEIRO, S. **Enegrecer o feminismo: A situação da Mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero.** Artigos Neabi- Núcleo de estudos afro-brasileiros e indígena da Universidade Católica de Pernambuco. 2020.

FIGUEIREDO, A. **Perspectivas e contribuições das mulheres negras e feministas negras contra o racismo e sexismo na sociedade brasileira.** Revista direito e práxis, 2018.

GONZALEZ, L. **A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica.** In Por um feminismo Afro-Latino Americano. Editora Zahar. Rio de Janeiro. 2020

GONZALEZ, L. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** In Por um feminismo Afro-Latino Americano. Editora Zahar. Rio de Janeiro. 2020



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

GONZALEZ, L. **Mulher negra**. In Por um feminismo Afro-Latino Americano. Editora Zahar. Rio de Janeiro. 2020

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro- latino americano**. In Por um feminismo Afro-Latino Americano. Editora Zahar. Rio de Janeiro. 2020

GONZALEZ, L. **O movimento negro Unificado: Um novo estágio de mobilização negra**. In Por um feminismo Afro-Latino Americano. Editora Zahar. Rio de Janeiro. 2020

HOOKS, B. **E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo**. Editora Rosa dos tempos. Rio de Janeiro. 2023

JESUS, C. M. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. Editora Ática. 2023. São Paulo.



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**